

INFORMAÇÃO FENPROF**NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL****CONFERÊNCIA DE IMPRENSA****Lisboa, 5 de janeiro de 2026****Revisão do ECD ameaça desvalorizar a carreira, agravando (ainda mais) o problema da falta de professores**

Inicia-se hoje o segundo período letivo e, na prática, o ano de 2026. Funcionando a Educação por anos escolares, de 1 de setembro a 31 de agosto, este é o momento adequado para analisar o primeiro período e projetar o segundo, muito especialmente no que se refere ao maior problema estrutural do nosso sistema de ensino – a falta de professores –, bem como para avaliar a atuação de quem tem a responsabilidade de o resolver – o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). É, ainda, tempo de projetar a ação e intervenção da FENPROF para os próximos meses.

Há muito que a FENPROF aponta o caminho para a resolução do problema da falta de professores: a valorização efetiva da carreira e da profissão docente, tornando-a mais atrativa, de forma a manter os que a exercem hoje, recuperar os que a abandonaram nos últimos anos e atrair jovens para a profissão. A revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) deveria constituir uma oportunidade decisiva nesse sentido, com compromisso assumido pelo governo, ao mesmo tempo que a legislação laboral geral – o Pacote Laboral – está em discussão.

Não obstante o diagnóstico estar feito há muito, a falta de professores agravou-se, de forma significativa, já este ano letivo e o MECI, em vez de acelerar a revisão do ECD e de adotar medidas concretas de valorização da profissão docente, faz exatamente o contrário: além de impor excessiva lentidão, parece apontar para a desvalorização da carreira docente, contrariando não só as necessidades do sistema educativo, como as próprias declarações do ministro da Educação.

Isto, os professores não aceitarão!

I – A FALTA DE PROFESSORES AGRAVA-SE

Constatou-se, relativamente a idêntico período do ano letivo anterior, o agravamento do problema da falta de professores - mais horários para contratação de escola, menos professores

disponíveis nas reservas de recrutamento (RR) e menos candidatos e candidaturas ao Concurso Externo Extraordinário (CEE).

Contratação de Escola

A contratação de escola é o mecanismo utilizado pelos Agrupamentos de Escolas / Escolas não Agrupadas quando a Reserva de Recrutamento não deu resposta aos pedidos de horários solicitados. São horários e horas letivas em falta naquele momento, isto é, alunos sem aulas. Portanto, o crescimento do número de horários em contratação de escola significa um crescimento do número de alunos sem aulas.

Comparando as ofertas em contratação de escola do primeiro período de 2024/2025 com as do primeiro período de 2025/2026, o resultado é o seguinte (Quadro 1).

Quadro 1 – Ofertas de contratação de escola

ANO	2024/2025	2025/2026	Aumento %
HORÁRIOS	9696	13 776 (até 26 dez)	42%
HORAS	162 849	252 598	55%
ALUNOS AFETADOS	826 350	1 114 675	35%

Importa ter em conta que muitos horários (e respetivas horas), ficando vagos na contratação de escola, repetem-se nas semanas seguintes, não se podendo, por isso, contabilizar os alunos afetados como total de alunos sem aulas durante o primeiro período. No entanto, como se verifica no Quadro 2, pode-se afirmar que, semanalmente, o número de alunos sem aulas ao longo do primeiro período oscilou entre os 109 000 no início do primeiro período e os 20 000 no final do mesmo, valores inaceitáveis num sistema educativo que se pretende inclusivo e de qualidade.

Quadro 2 – Evolução semanal da contratação de escola

SEMANA	HORÁRIOS	HORAS	TURMAS	ALUNOS
25 A 29 AGO	401	8946	1947	48000
1 A 5 SET	2758	50749	11768	276700
8 A 12 SET	1372	23784	4880	112300
15 A 19 SET	1397	23983	4709	109000
22 A 26 SET	1283	22989	4319	101750
29 SET A 3 OUT	598	10552	1903	42140
6 A 10 OUT	861	15764	2838	64300
13 A 17 OUT	727	13455	2292	50950
20 A 24 OUT	570	10255	1797	38910
27 A 31 OUT	584	10513	1840	41500

3 A 7 NOV	617	11494	2059	44100
10 A 14 NOV	373 (FALTOU 1 DIA)	6816	1226	27400
17 A 21 NOV	536	10456	1795	37750
24 A 28 NOV	543	10061	1859	41400
2 A 5 DEZ	386	7576	1195	25650
9 A 12 DEZ	302	5622	933	20500
15 A 19 DEZ	312	6248	942	20000
22 A 26 DEZ	151	304	472	10620

Conforme se constata no Quadro 1, o número de horários em contratação de escola é bastante superior ao verificado no ano letivo anterior. Este aumento implicou um significativo crescimento do número de horas a concurso, o que corresponde a um aumento da estimativa do número de alunos afetados, mesmo considerando que um número significativo de horários foi disponibilizado várias vezes, em especial no caso do 1.º ciclo, grupo de recrutamento (GR) em que é mais difícil dividir horários e é ilegal contratar docentes com habilitação própria.

Conforme se pode constatar no Quadro 3, relativamente aos grupos de recrutamento, houve um aumento de horários em oferta em praticamente todos eles. Sem surpresas, o GR 110 – 1.º CEB foi o que teve maior número (tal como no ano passado), com 2951 horários (1078 no ano passado), seguido pelo GR 910 – Educação Especial e GR 300 – Português do 3º CEB / Secundário. Dos 13 776 horários, 7040 são horários anuais, 7388 são completos e 4415 são horários completos e anuais, distribuídos do seguinte modo:

- 1248 do GR 110 – 1.º CEB;
- 21 do GR 100 – Educação Pré-escolar;
- 3146 são horários dos restantes GR.

Quadro 3 – Contratação de Escola por Grupo de Recrutamento

GRUPO DE RECRUTAMENTO /	2025/2026	2024/2025
100 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	576	509
110 - 1º CICLO	2951	1078
120 - INGLÊS (1º CICLO)	305	
200 - PORTUGUÊS E ESTUDOS SOCIAIS	331	
210 - PORTUGUÊS E FRANCÊS	137	
220 - PORTUGUÊS E INGLÊS	447	316
230 - MATEMÁTICA E CIÊNCIAS NATURAIS	255	

240 - EDUCAÇÃO VISUAL E TÉCNOLÓGICA	171	
250 - EDUCAÇÃO MUSICAL	137	
260 - EDUCAÇÃO FÍSICA	18	
290 - EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA	412	
300 - PORTUGUÊS	1097	771
310 - LATIM E GREGO	0	
320 - FRANCÊS	352	
330 - INGLÊS	584	414
340 - ALEMÃO	6	
350 - ESPANHOL	259	
360 - LÍNGUA GESTUAL	14	
400 - HISTÓRIA	439	389
410 - FILOSOFIA	215	
420 - GEOGRAFIA	489	484
430 - ECONOMIA E CONTABILIDADE	278	
500 - MATEMÁTICA	622	376
510 - FÍSICA E QUÍMICA	395	
520 - BIOLOGIA E GEOLOGIA	343	
530 - EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	137	
540 - ELECTROTECNAIA	170	
550 - INFORMÁTICA	759	763
560 - CIÊNCIAS AGRO-PECUÁRIAS	7	
600 - ARTES VISUAIS	386	
610 - MÚSICA	24	
620 - EDUCAÇÃO FÍSICA	52	
910 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	1266	842
920 - EDUCAÇÃO ESPECIAL 2	53	
930 - EDUCAÇÃO ESPECIAL 3	89	

Quanto à distribuição da contratação de escola por distritos (Quadro 4), a situação é a que se apresenta de seguida.

Quadro 4 – Contratação de Escola por distrito

DISTRITOS	
AVEIRO	296
BEJA	478
BRAGA	370
BRAGANÇA	122
CASTELO BRANCO	177
COIMBRA	324
ÉVORA	200
FARO	1467
GUARDA	97
LEIRIA	535
LISBOA	5453
PORTALEGRE	203
PORTO	699
SANTARÉM	639
SETÚBAL	2035
VIANA DO CASTELO	92
VILA REAL	122
VISEU	225
Outros	244

Sem surpresas, os distritos com mais horários em contratação de escola são os distritos de Lisboa (5453); Setúbal (2035); Faro (1467); Porto (699) e Santarém (639).

Olhando para a distribuição pelos concelhos dos três distritos mais afetados, a situação é a que se segue (Quadro 5).

Quadro 5 – Contratação de escola por concelhos

LISBOA			SETÚBAL			FARO		
QZP	CONCELHO	N.º H	QZP	CONCELHO	N.º H	61	ALBUFEIRA	113
45	AMADORA	585	46	ALCOCHETE	43	63	ALCOUTIM	2
45	CASCAIS	315	46	ALMADA	436	59	ALJEZUR	44
45	LISBOA	1266	46	BARREIRO	177	63	CASTRO MARIM	13
45	LOURES	853	46	MOITA	140	62	FARO	152
45	ODIVELAS	385	46	MONTIJO	88	60	LAGOA	79
45	OEIRAS	188	46	PALMELA	122	59	LAGOS	115
45	SINTRA	1203	46	SEIXAL	396	61	LOULÉ	242
45	VILA	201	46	SESIMBRA	115	60	MONCHIQUE	31

	FRANCA DE XIRA							
40	ALENQUER	88	46	SETÚBAL	294	62	OLHÃO	197
42	ARRUDA DOS VINHOS	10		ALCÁCER DO SAL	25	62	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	13
40	AZAMBUJA	40	54	GRÂNDOLA	42	60	PORTIMÃO	147
41	CADAVAL	35		SANTIAGO DO CACÉM	104	60	SILVES	174
41	LOURINHÃ	39	54	SINES	53	63	TAVIRA	47
42	MAFRA	164				59	VILA DO BISPO	27
42	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	9				63	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	71
42	TORRES VEDRAS	72						

Os concelhos de Lisboa (1266); Sintra (1203); Loures (853); Amadora (585) e Almada (436) são os que apresentam mais horários a concurso. Curiosamente, olhando para o top 15 dos agrupamentos (Quadro 6), verifica-se que não há nenhum do concelho de Lisboa, pontuando nos primeiros lugares os agrupamentos de Sintra, juntamente com os de Loures e Amadora.

Quadro 6 – Agrupamento com mais pedidos para contratação de escola

Agrupamento	Horários	1º ciclo
Agrupamento de Escolas Aqua Alba, Agualva, Sintra	188	72
Agrupamento de Escolas Ruy Belo, Sintra	179	136
Agrupamento de Escolas de Queluz-Belas, Sintra	167	104
Agrupamento de Escolas de Silves	129	16
Agrupamento de Escolas Visconde de Juromenha, Sintra	120	102
Agrupamento de Escolas Fernando Namora, Amadora	113	45
Escola Portuguesa de Luanda - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa	113	18
Agrupamento de Escolas Luís de Sttau Monteiro, Loures	109	78
Agrupamento de Escolas Professor Paula Nogueira, Olhão	96	69
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora	92	28
Agrupamento de Escolas de São João da Talha, Loures	85	30
Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro, Loures	84	34
Agrupamento de Escolas João Villaret, Loures	80	39
Agrupamento de Escolas João de Barros, Seixal	79	17
Agrupamento de Escolas Gil Eanes, Lagos	78	15

Reservas de Recrutamento

Um outro indicador fundamental a analisar é o número de disponíveis em reserva de recrutamento, ou seja, o número de docentes na bolsa nacional de contratação, primeiro mecanismo a ser acionado, ao longo do ano, para suprir a falta de um professor.

No ano passado, a última colocação por reserva de recrutamento foi a 6 de dezembro (retomando apenas a 3 de janeiro), enquanto este ano houve duas colocações semanais até aos dias 12 e 17 de dezembro, seguiu-se uma pequena pausa e o processo foi retomado a 29 de dezembro.

Feita a comparação com o ano letivo anterior, constata-se que, este ano, há menos candidaturas e candidatos por colocar, com um número inferior de não colocados na maioria dos grupos de recrutamento, o que, não sendo acompanhado da diminuição de horários a concurso, revela que há cada vez menos candidatos para responder às necessidades do sistema.

Este ano houve 10 215 candidaturas e 7586 candidatos por colocar, enquanto no ano passado o número de candidaturas foi de 11 096 e o de candidatos 8043. Já o facto de o número de candidatos por colocar na RR25 ser inferior - 7538 - indica que vários docentes viram terminados os seus contratos e regressaram às reservas de recrutamento, situação que não pode implicar a sua exclusão do acesso à vinculação dinâmica no próximo concurso, caso reúnam as restantes condições.

Quadro 7 – Candidatos não colocados na Reserva de Recrutamento

GRUPO DE RECRUTAMENTO / ANOS SERVIÇO	2025/2026		2024/2025		DIFERENÇA
	CANDIDATURAS	% POR COLOCAR	CANDIDATURAS	% POR COLOCAR	
100 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	3423	56,49	3183	51,11	7,54
110 - 1º CICLO	1474	32,21	1795	28,32	-17,88
120 - INGLÊS (1º CICLO)	71	22,98	97	18,62	-26,80
200 - PORTUGUÊS E ESTUDOS SOCIAIS	96	22,91	145	26,46	-33,79
210 - PORTUGUÊS E FRANCÉS	50	28,90	66	25,29	-24,24
220 - PORTUGUÊS E INGLÊS	29	16,86	54	17,59	-46,30
230 - MATEMÁTICA E CIÊNCIAS NATURAIS	207	25,09	292	25,55	-29,11
240 - EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA	95	20,52	138	21,33	-31,16
250 - EDUCAÇÃO MUSICAL	106	34,64	117	30,08	-9,40
260 - EDUCAÇÃO FÍSICA	1301	57,34	1362	56,35	-4,48
290 - EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA	0	0,00	3	5,77	-100,00
300 - PORTUGUÊS	360	28,46	445	26,79	-19,10
310 - LATIM E GREGO	14	31,11	13	19,40	7,69
320 - FRANCÉS	107	29,23	147	29,46	-27,21
330 - INGLÊS	199	29,05	234	25,83	-14,96
340 - ALEMÃO	43	30,94	47	26,70	-8,51
350 - ESPANHOL	39	27,46	40	19,80	-2,50
360 - LÍNGUA GESTUAL	0	0,00	1	100,00	-100,00
400 - HISTÓRIA	86	23,18	83	15,09	3,61
410 - FILOSOFIA	51	20,82	65	20,12	-21,54
420 - GEOGRAFIA	46	20,00	57	17,12	-19,30
430 - ECONOMIA E CONTABILIDADE	23	19,49	36	20,22	-36,11
500 - MATEMÁTICA	272	29,79	371	34,45	-26,68
510 - FÍSICA E QUÍMICA	160	36,12	214	36,71	-25,23
520 - BIOLOGIA E GEOLOGIA	220	40,00	221	34,16	-0,45
530 - EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	7	20,00	11	29,73	-36,36
540 - ELETROTECNIÁ	3	15,79	0	0,00	#DIV/0!
550 - INFORMÁTICA	28	16,87	12	6,59	133,33
560 - CIÊNCIAS AGRO-PECUÁRIAS	2	16,67	3	20,00	-33,33
600 - ARTES VISUAIS	41	15,13	42	10,91	-2,38
610 - MÚSICA	24	38,71	28	39,44	-14,29
620 - EDUCAÇÃO FÍSICA	1465	59,43	1541	59,78	-4,93
910 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	170	10,63	226	10,16	-24,78

920 - EDUCAÇÃO ESPECIAL 2	2	16,67	3	13,64	-33,33
930 - EDUCAÇÃO ESPECIAL 3	1	6,25	4	11,11	-75,00
TOTAIS	10215	39,64	11096	35,09	-7,94
CANDIDATOS	7586		8043		-5,68

Concurso Externo Extraordinário (CEE)

Apesar de ainda não serem conhecidas as colocações do concurso externo extraordinário, as listas provisórias mostram que o número de candidaturas e de candidatos é inferior ao registado no CEE de 2024: em 2025 são 5027 candidaturas e 4046 candidatos, enquanto em 2024 foram 6499 candidaturas e 4668 candidatos.

Como referido em NCS recente, de 22 de dezembro, neste concurso havia que considerar, ainda, que:

- *O número total de candidaturas em 2.ª prioridade (docentes sem qualificação profissional para a docência) é superior ao número de candidaturas em 1.ª prioridade (docentes profissionalizados) – 2865 em 2.ª P; 2162 em 1.ª P;*

- *À exceção dos grupos de recrutamento (GR) em que não é possível concorrer com habilitação própria (100, 110, 910, 920 e 930) e do GR 250, o número de candidaturas em 2.ª prioridade supera o de candidaturas em 1.ª prioridade (por exemplo: GR 220 – 8 candidaturas em 1.ª prioridade e 63 em 2.ª; GR 230 – 79 em 1.ª prioridade e 317 em 2.ª; GR 400 – 45 em 1.ª prioridade e 293 em 2.ª);*

- *Dos 4046 candidatos, 2383 encontravam-se com contrato ativo no momento da candidatura;*

- *Em alguns grupos de recrutamento, o número de vagas é superior ao número de candidaturas (por exemplo: GR 120 – 45 vagas para 32 candidaturas; GR 220 – 81 vagas para 71 candidaturas; GR 550 – 180 vagas para 172 candidaturas);*

- *Existem vários grupos de recrutamento em que o número de vagas é superior ao número de candidaturas em 1.ª prioridade;*

- *Apesar de constarem 1433 docentes do GR 110 nas listas de não colocados das Reservas de Recrutamento, apenas 360 se candidataram ao CEE.*

Tudo indica que voltará a verificar-se um número significativo de docentes a vincular apenas com habilitação própria. Torna-se, por isso, indispensável que o MECI assegure instrumentos pedagógicos adequados que permitam a estes docentes desempenhar as suas funções da melhor forma possível, bem como condições efetivas para que possam rapidamente iniciar, e concluir, a profissionalização em serviço.

Em suma, no que ao problema da falta de professores diz respeito: há mais horários em contratação de escola, logo mais alunos sem todos os professores e há menos professores disponíveis para colocar em reserva de recrutamento e menos candidatos a vincular no concurso externo extraordinário, num quadro de crescimento de colocações com habilitação própria. Significa isto que o problema da falta de professores se está a agravar e que a resposta do MECI se circunscreve ao recurso a horas extraordinárias, a aposentados e aposentáveis e a não habilitados profissionalmente.

Confirma-se que não é com medidas pontuais e extraordinárias que se resolve um problema estrutural.

II - A REVISÃO DA CARREIRA AMEAÇA DESVALORIZAR A PROFISSÃO

Apesar das intenções declaradas do MECI de resolução do problema, reconhecendo a falta de professores como estrutural e a revisão do ECD uma oportunidade, os factos apontam noutro sentido. O processo tem-se arrastado no tempo e só agora é que está, verdadeiramente, a arrancar. Ao mesmo tempo,

o que foi proposto para os três artigos que o MECI inscreve no capítulo “perfil geral do docente, direitos, deveres e garantias”, aponta em sentido contrário ao da resposta à premissa fundamental – tornar a profissão atrativa e valorizada.

Na apreciação enviada ao MECI, no passado dia 31 de dezembro, a FENPROF sublinhava o seguinte:

*A proposta do MECI/governo para a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), ao **forçar a integração do ReCAP como determinante do perfil geral do docente**, procede a uma rutura profunda com a conceção da docência enquanto profissão intelectual, ética e pedagógica, com identidade própria, tal como historicamente consagrada no ECD e, com outra finalidade, o Decreto-Lei n.º 240/2001.*

O ReCAP organiza lógicas administrativas e gestionárias, pensadas para a administração pública em geral e para contextos organizacionais hierárquicos, orientados por metas mensuráveis, por resultados imediatos e sequente controlo do desempenho e do mérito aferido em função dos resultados. Não foi concebido para regular profissões educativas, nem para enquadrar relações complexas, neste caso relações pedagógicas, marcadas pela incerteza, pela diversidade dos contextos e pela centralidade do juízo profissional docente.

Ao querer submeter a profissão docente – é disto que se trata – a um referencial como o ReCAP, o MECI/governo promove uma perda de especificidade profissional, diluindo a identidade docente num conjunto de competências abstratas – como “orientação para resultados”, “adaptação” ou “prontidão” – que, descontextualizadas da ação pedagógica, abrem caminho a interpretações arbitrárias, instrumentais e desprofissionalizantes. Nada do que requer a urgente valorização da carreira e a esperada atratividade da profissão. Também a integração “simplificada” do perfil docente no ECD, tal como é descrito globalmente no Decreto-Lei n.º 240/2001 para outra finalidade, não constitui uma mera reorganização normativa.

Com a frontalidade devida, a FENPROF considera estarmos perante uma operação política de apagamento de direitos, aproveitando a revisão estatutária para enfraquecer a identidade profissional dos docentes e submeter a educação a lógicas de gestão pública que lhe são estranhas e que a empobreceriam, ao contrário do que é clamorosamente necessário.

Em vez de valorizar a profissão docente, esta proposta contribui para a sua descaracterização, precarizando simbolicamente o seu estatuto e agravando condições que já hoje afastam muitos profissionais da carreira. Uma política educativa que desconfia dos professores, que os transforma em executores avaliados por grelhas genéricas e que reforça mecanismos de controlo hierárquico não melhora a escola pública — fragiliza-a.

Defender o ECD é, neste contexto, defender a docência como profissão, a escola como espaço pedagógico e a educação como bem público, e não como mera organização administrativa orientada por indicadores e ‘rankings’.

III - A RESPOSTA DA FENPROF

Veremos, agora, na reunião negocial de dia 7 de janeiro, qual será a resposta do MECI ao parecer apresentado pela FENPROF. No dia 8 de janeiro teremos um Plenário Nacional online onde discutiremos com os professores o que fazer. A forma como vier a ser concluído este primeiro tema em discussão (está ainda pré-agendada uma reunião negocial para 14 de janeiro) será determinante para decidir se será necessário avançar, ainda durante o mês de janeiro, com uma grande iniciativa de professores.

Vamos manter a greve ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva de estabelecimento, uma vez que ao nível dos horários e condições de trabalho, os docentes continuam a ser sobrecarregados e a matéria não parece ser prioritária para o MECI no atual processo de revisão do ECD.

Ainda sobre as condições de trabalho na Educação Pré-escolar e no 1.º CEB vamos realizar na próxima sexta-feira, à tarde, uma Concentração / Plenário dos Docentes em Monodocência, junto ao MECI, para proceder à entrega do abaixo-assinado “Por melhores condições de trabalho na Educação Pré-escolar e no 1.º CEB”, documento que já deu entrada na Assembleia da República para tratamento na respetiva Comissão de Educação e Ciência e posteriormente subir a Plenário.

Vamos participar ativamente na Manifestação da CGTP-IN de 13 de janeiro, para entrega na Residência Oficial do Primeiro-ministro do abaixo assinado “Rejeitar o Pacote Laboral. Exigir mais salário e direitos” .

E, por último, aproveitamos para anunciar que entre 19 de fevereiro e 4 de março (Quadro 8), vamos percorrer o país, na Caravana “Somos Professores, damos rosto ao futuro”, onde assinalaremos, em cada distrito, os problemas que ali se colocam à Escola Pública e sublinharemos o contributo que uma boa revisão do ECD traria.

Quadro 8 – CARAVANA NACIONAL “somos professores, damos rosto ao futuro”

DATA	DISTRITOS
19 fevereiro	Porto/ Açores / Madeira
20 fevereiro	Braga/ Faro
23 fevereiro	V. Castelo/ Beja
24 fevereiro	Vila Real/ Évora
25 fevereiro	Bragança/ Portalegre
26 fevereiro	Viseu/ Setúbal
27 fevereiro	Guarda / Castelo Branco
2 março	Aveiro / Leiria
3 março	Coimbra / Santarém
4 março	Lisboa

É urgente valorizar o ECD, é imprescindível tornar a profissão e a condição docentes atrativas.

Lisboa, 5 de janeiro de 2026

O Secretariado Nacional da FENPROF